



Dualidade pulsional, trabalho do negativo e destrutividade*. Premissas para uma reflexão sobre o assassinato fundador

*Bernard Chervet***, Paris

O autor propõe uma reflexão sobre a destrutividade em relação à dualidade pulsional e ao imperativo de inscrição, sob a tutela do qual a psique realiza suas diversas modalidades de trabalho tanto diurno quanto noturno. Esta reflexão se apoia nas contribuições de André Green, principalmente no trabalho do negativo, confrontadas com as proposições de Freud que situam uma negatividade no cerne da pulsionalidade, pela tendência ao retorno a um estado anterior até alcançar o inorgânico, que é próprio de toda pulsão. A destrutividade manifesta-se cada vez que o trabalho psíquico encontra dificuldade em sua realização. Pode-se deduzir que a operação específica de qualquer trabalho psíquico é uma operação de assassinato, fundadora, no melhor dos casos, da vida psíquica e da cultura, mas que pode também contribuir para todos os destinos funestos e mortíferos constitutivos da psicopatologia.

Descritores: dualidade pulsional, pulsão de morte, Eros, destrutividade, imperativo de inscrição, regressividade extintiva, supereu, assassinato, après-coup, trabalho do negativo.

* Este artigo é uma reflexão sobre a destrutividade em relação à dualidade pulsional e ao trabalho mais elementar da psique, o de sua libidinalização. Esta reflexão apoia-se nos aportes de André Green sobre a negatividade numa confrontação com as proposições de Freud.

** Presidente da Sociedade Psicanalítica de Paris.



André Green defendeu com vigor os caminhos do vivente. Tornou-se o aliado das aptidões e das necessidades imperiosas do psiquismo de buscar-encontrar-criar saídas para manter e desenvolver a vida, de inscrevê-la na infinidade das possíveis produções psíquicas, de realizar a emergência das virtualidades, quaisquer que sejam suas formas e modalidades. Todos nós temos na memória as cadeias de Eros, a abertura e a envergadura dos campos abordados por Green, a amplitude de sua obra.

Essa constância endossa uma definição da vida já sustentada por Bichat no século XVIII, que se tornou clássica depois de ter sido redescoberta e explorada pelos filósofos do século XIX e, por fim, no século XX, desenvolvida em sua complexidade por Freud e mais tarde pelos biólogos.

Em 1800, em *Recherches physiologistes sur la vie et la mort*, Bichat define a vida como *o conjunto das funções que resistem à morte*. Na condição de médico que adere ao movimento filosófico vitalista de Paul-Joseph Barthez, Bichat postula como axioma um *princípio vital* que embasa todas as operações da vida e resiste à morte, sendo esta uma alteração dos objetos físicos. Esse vitalismo concebe, portanto, a existência de um conflito entre as dinâmicas da matéria (que seguem pelo curso da degradação) e aquelas da vida (que seguem pelo curso da conservação). Essa concepção vitalista é dualista, conflitua e idealista. Ela tenta reunir o materialismo físico-químico de Descartes e o novo idealismo da filosofia da natureza romântica de Goethe, Hegel e Schelling. O que muda em relação ao antigo maniqueísmo religioso da Idade Média é o aporte de Hegel quanto a uma negatividade benéfica para a mente, engajada numa dialetização indispensável para o advento de qualquer novidade e criatividade. Isso gera uma nova conflituosidade interna à mente, mais complexa. O pensamento humano abandonou definitivamente o maniqueísmo elementar Deus-Diabo, positivo-negativo, criação-destruição.

Todavia, o vitalismo do século XIX ainda não podia conceber o papel da destrutividade no dualismo vida-morte, tanto para o soma quanto para a psique. Podia vislumbrar apenas a função da negatividade e do trabalho do negativo (expressão cunhada por Hegel, retomada por Lacan (1966), introduzida no corpus psicanalítico e desenvolvida por A. Green), isto é, a utilização liberadora de negações sucessivas a serviço da capacidade de desfazer qualquer saber estabelecido, de criar um estado sem forma do qual poderia surgir uma nova tentativa de realização, tendo como ideal assintótico *o homem de realização* de Keats, retomado por Bion.

Outra forma mais metapsicológica de expressar esse caminho orientado





pela saída progrediente é referir-nos ao trabalho de sonho, à articulação nele das diversas operações que são a colocação em latência, a transformação representacional e o tornar consciente das formações psíquicas, com a finalidade ideal de gerar um bônus de desejo, livre durante certo tempo para o investimento, não determinado, aberto à imprevisibilidade e apto a produzir novas formas de vida. Diderot fez desse bônus de desejo e de gozo erótico um consolo. Tal bônus ultrapassa, na verdade, essa relação direta de luta contra a morte ou de divertimento, ele é o sinal de uma potencialidade de devir e de descendência, portanto o suporte de uma fantasia de imortalidade, esteja ela ligada às gerações ou às obras.

A concepção psicanalítica da realização é, na verdade, mais complexa, uma vez que inclui três etapas apresentadas por Freud, todas as três regressivas: a da regressão formal, a da deformação figurativa e a do *adestramento* das moções pulsionais, que se tornam representantes representacionais da pulsão. Etapas essas que não podem ser reduzidas a operações de negatividade discursivas e cognitivas.

Encontramos aí a metapsicologia do processo do *après-coup*, com seus dois tempos e, principalmente, com seu entre-dois-tempos de trabalho regressivo, que tem a função de modificar a economia traumática do primeiro tempo (Chervet, 2008), o qual existirá como inscrição somente depois da intervenção própria do segundo tempo. Assim, no caso *princeps* de Emma (Freud, 1895a), a cena do merceeiro só se torna uma dupla inscrição por causa do caminho regressivo efetuado a partir da cena dos balconistas. Antes, a cena traumática não fazia parte do inconsciente dinâmico. Ela se define como uma economia regressiva dominada por uma tendência extintiva imobilizada.

A parte de verdade do vitalismo encontra-se, em Freud, no axioma da psicanálise, na existência de uma força vital pulsional própria do psiquismo, na libido. Sem dúvida, a introdução por Freud de um dualismo pulsional (1920) torna mais complexo esse axioma, uma vez que nem a pulsão de vida, nem a pulsão de morte são confundidas com essa libido, tampouco com a vida e as suas múltiplas formas de expressão. Freud não explica claramente o processo que permite passar dessas pulsões elementares ao fenômeno da vida. A psicanálise encontra, então, o enigma inerente a todas as ciências, com as teorias propostas por cada uma delas, nas quais os psicanalistas podem reconhecer o recurso às múltiplas *teorias sexuais do originário*.

Pouco tempo depois de ter proposto o seu dualismo pulsional centrado numa tendência comum de retornar a um estado anterior, Freud introduz um terceiro termo, o supereu, que se opõe a essa regressividade extintiva e é responsável pelos múltiplos amálgamas das duas tendências pulsionais que as formações vivas constituem. O dualismo pulsional exige, pois, um princípio



terceiro, um imperativo de inscrição. Todavia, Freud volta a adotar muito seguidamente um ponto de vista vitalista simplificado, atribuindo a Eros qualidades axiomáticas de conservação e criação.

É, então, a psicanálise, pelo terceiro *passo* na teoria das pulsões que Freud dá em 1920, que torna mais complexa a dualidade vida/morte, propondo um dualismo pulsão de vida/ pulsão de morte e uma triangulação dualismo pulsional/ imperativo de inscrição. O vitalismo axiomático é assim substituído por um trabalho de amálgama, de domesticação, de intricação das pulsões, portanto, por uma ação violenta sobre as pulsões, um ato de dessexualização, mas principalmente um ato primeiro de transformação da qualidade mais elementar de todas as pulsões, sua tendência extintiva, tendência ao retorno a um estado anterior até alcançar o inorgânico. A introdução desse trabalho originário é acompanhada pelo reconhecimento dos possíveis meandros, reveses, obstáculos e distorções, isto é, pela diversidade clínica e semiológica encontrada no mundo fenomenológico.

O novo ponto de vista de Freud formalizado em 1920, colocando uma negatividade no centro da pulsionalidade, modelo teórico baseado na clínica das identificações narcísicas defectivas (melancolia), em seguida naquela da compulsão à repetição (neurose traumática), depois na da lógica demoníaca (neurose de destino) e, por fim, na do negativismo (reação terapêutica negativa), e baseado também nas temíveis clínicas da *degradação*, nos obriga a rever regularmente o conjunto das descobertas freudianas anteriores, tanto sobre a sexualidade infantil quanto sobre o narcisismo. O pensamento após 1920 é centrado nessa tendência regressiva de toda pulsão a retornar a um estado anterior até alcançar o inorgânico. Acabamos de assinalar que ela vem acompanhada pela introdução de um terceiro termo que tem a função de se opor a essa regressividade extintiva, promover as tendências conservadoras e produzir formações de vida.

Em relação à vida, esse terceiro termo é um imperativo de inscrição que se realiza graças ao advento de formas vivas, graças à encarnação. Sua função é a extintividade de cada uma das tendências pulsionais elementares. É dentro desse conjunto formado pelas tendências extintivas da dualidade pulsional e por esse imperativo de inscrição que a destrutividade encontra sua fenomenologia pelo ângulo de seu duplo sentido, ora a serviço da extinção mortífera, ora a serviço dos fundamentos da vida.

André Green, desde muito cedo, explorou esse duplo sentido, principalmente nos estados-limites em que estão em jogo o narcisismo e os conflitos e clivagem que o habitam. Daí sua teorização do conflito intranarcísico, entre narcisismo de vida e narcisismo de morte, teorização essa, na verdade, baseada, sobretudo, na negatividade e no trabalho do negativo.



Mais tarde, Green retoma os desenvolvimentos de Freud estendidos à vida mesmo, não mais somente à vida psíquica. Como Freud, ele se refere, então, às teorias da biologia como desvios que passam por modelos externos à psicanálise, verdadeiras metáforas que servem de representações intermediárias, de suportes de transposição de realidades psíquicas. Assim, Green vai referir-se, por exemplo, aos circuitos de reentrada e à seleção dos circuitos neuronais de Gerald Edelman, mas também ao suicídio celular de Claude Ameisen. Também poderia ter recorrido a outras noções, tais como àquela da flexibilidade do programa genético de Alain Prochiantz e a muitas outras.

É em *Além do princípio de prazer* (1920) que Freud concebe, pela primeira vez, que a manutenção da vida de um organismo exige a intervenção de um princípio externo, ao qual ele confere maior complexidade num elemento terceiro em relação à dualidade pulsional e cuja função é opor-se ao efeito deletério dos dejetos emitidos pelos próprios organismos vivos. Estes produzem as condições de sua própria morte, finalidade de toda vida, como é destacado por Schopenhauer em sua meditação. Freud faz, então, dos traços perceptivos e da linguagem esse elemento terceiro, interno ao organismo humano, mas exteriorizado em relação à vida psíquica. Conhecemos o lugar que André Green atribuirá à linguagem e à terceiridade, desenvolvendo as premissas de Freud sobre esse aporte salvador do superinvestimento próprio da inscrição languageira, sobre essa função contrainvestidora do próprio funcionamento psíquico, tornada indispensável pela regressividade extintiva das pulsões.

Freud parece conceber, então, uma dupla destrutividade, a dos dejetos e aquela que tem por missão destruir a anterior, em proveito de uma regenerescência; uma destruição da destrutividade. Assim, ele fala de *destruição* do complexo de Édipo (1924) como *resolução* deste. Isso explica o fato de encontrarmos uma hesitação, nos escritos de Freud, entre uma destrutividade primeira, original, que se manifesta tanto no exterior quanto no interior do organismo, e uma destrutividade funcional, baseada nas pulsões de vida e de morte, favorável às formas completas de vida. Esta destrutividade age em benefício da vida psíquica. Ela sustenta a instauração dos processos psíquicos e é posta por eles a serviço de sua missão. Ela instala, na verdade, a negatividade do inconsciente, permitindo assim a oscilação própria do funcionamento psíquico, uma oscilação noite e dia regeneradora, banho de juventude que prolonga a vida.

No primeiro caso, o da destrutividade nefasta, pulsões de morte e pulsões destrutivas são sinônimos; no segundo, as pulsões destrutivas surgem no curso da gestão da dualidade pulsional. Expressam, então, as tendências redutoras de todas as pulsões, mas de acordo com três vértices bem diferentes e opostos. Ou a



destrutividade favorece diretamente as tendências extintivas das pulsões (eis o sentido do assassinato edípico), ou se opõe a essa tendência extintiva e participa de uma tentativa de conservação do existente (estas são as pulsões do eu fundadoras, por dessexualização, do narcisismo), ou ainda modifica a extintividade da pulsão e promove uma regenerescência da fonte libidinal (eis o assassinato originário vitalizador).

Muitos autores desenvolveram essas distinções e hesitações já presentes em Freud e seguiram um dos três vértices da destrutividade. Poderíamos citar, por exemplo, Jean Bergeret, com sua noção de *violência fundamental*, violência a serviço das pulsões de conservação e das potencialidades de vida; Paul Denis e seus desenvolvimentos sobre a dominação; e mais ainda toda a escola kleiniana, desde Melanie Klein com a inveja, até Bion e os ataques aos vínculos. Essas teorizações privilegiam o polo ativo e o sadismo do sujeito. Apoiam-se no ódio e seus destinos, ao mesmo tempo em que concebem uma destrutividade primitiva que pode preceder qualquer afeto de ódio, estando este associado à defesa do sujeito ante um sentimento de ameaça e perigo.

André Green inseriu-se nessa complexidade freudiana. Ao longo de sua obra, situou-se a um só tempo na primeira linha de Freud, aquela de um sadismo originário, de um autossadismo do sujeito, ativo contra a sua própria vida mental, através de seu narcisismo negativo de morte, e na segunda linha desenvolvida por Freud entre 1920 e 1924, a de uma apassivação com desorganização, por não elaborar uma fixação suficiente ao masoquismo originário, fixação essa que não pode, então, servir de mecanismo de resistência contra essa desorganização e esse negativismo.

Nessa segunda linha freudiana, o sadismo aparece claramente secundário, e o autossadismo vem constituir o par autoerótico masoquismo-sadismo. Ele é uma última tentativa para enfrentar o risco de exceder as capacidades masoquistas. Põe-se a serviço da resistência à desorganização. Assumir sua culpa e fazer-se sofrer, em vez de entrar em colapso ou amputar-se. Assim, o criminoso tenta mais uma vez, por seu ato, salvar-se a si mesmo, pondo seu masoquismo à dura prova. Na verdade, ele mesmo abre suas próprias portas para a saída suicida. O crime como barreira de contenção e como abalo da barreira.

Essa compreensão do papel do masoquismo implica o que eu denominei “imperativo de inscrição” (Chervet, 2009, p. 1361-1441) ativo no cerne da vida psíquica, participando da instauração de um princípio de *retenção* que se opõe ao *retorno a um estado anterior até alcançar o inorgânico*. Esse princípio de retenção aparece, então, como o próprio núcleo do princípio de prazer. Ele funda o masoquismo primário, aquele masoquismo de funcionamento pré-objetal.



É fácil conectar essa abordagem, que articula princípio de retenção e masoquismo de funcionamento, com a definição freudiana das silenciosas – mas quão temíveis – pulsões de morte, com a tendência delas à redução até alcançar o inorgânico. Mais delicado é explicar sua aplicação a Eros, às pulsões de vida.

A retenção é reconhecível nas duas direções em que o pensamento age, as vias regrediente e progrediente. Está envolvida, portanto, no processo que apresentamos anteriormente, o do *après-coup*, em cada um dos dois tempos dele, no tempo do trabalho de latência e no tempo da emergência de um produto psíquico que, no melhor dos casos, é um bônus de desejo disponível para a objetividade; mas está envolvida também entre os dois tempos, nesse intervalo da figuração regressiva e da representância das moções pulsionais. Esse processo parece ser a própria forma do trabalho psíquico realizado pelo imperativo de inscrição em relação à regressividade da dualidade pulsional.

A existência desse princípio de retenção, como já assinalamos, exige um procedimento de inferência do pensamento, o próprio princípio tendo se consagrado na teoria diante dessa dedução. Se as duas pulsões elementares caracterizam-se pela qualidade regressiva extintiva, convém conceber um terceiro polo que se opõe a essa extinção e se define como imperativo de inscrição, quaisquer que sejam as formas desta. O princípio de retenção torna-se uma necessidade teórica. Sua existência permite voltar atrás na presença e na eficiência da tendência contrária, na negatização do existente, mas também na negatização de qualquer potencialidade de emergência. A tendência negatizante, portanto, é ativa antes mesmo de qualquer realização e expressão, ela é eficiente na fonte da gênese do psiquismo.

Para Freud, as qualidades mais explícitas dessa tendência são sua eficiência silenciosa e sua não-representabilidade. Ela só pode ser deduzida a partir de efeitos que a traduzem dissimulando-a. Os modos de ação da pulsão de morte, o fato de ela ser muda em si mesma e de tender a reduzir ao mutismo tudo o que se expressa por algum ruído manifesto, favorecem sua identificação com a dita regressividade extintiva. Assim, Francis Pasche (1991) faz desta a pulsão da pulsão, o instinto do instinto.

Como acabamos de abordar, é fácil reconhecer a participação da pulsão de morte nas funções de inscrição, diferenciação e conservação das diferenças.

Porém Freud não se decide a identificar essa tendência extintiva unicamente com a pulsão de morte e recusa-se a confundir a vida com Eros, a pulsão de vida com as formas do vivente. Ele preza sua nova concepção que define qualquer pulsão, de vida e de morte, por essa qualidade regressiva extintiva. Por certo, a expressão pulsão de vida, bem como certas outras formulações de Freud relativas



a Eros, contribuíram para atribuir a Eros capacidades conservadoras, para identificá-lo com as primeiras pulsões de autoconservação, para atribuir-lhe uma função própria do narcisismo e até mesmo, segundo a grande tradição mitológica, para identificá-lo com o amor.

É por essa razão que outra complexidade emerge quando nos referimos à definição mais estrita e elementar, apresentada por Freud em 1920, da pulsão como tendência ao retorno a um estado anterior até alcançar o inorgânico, portanto, como *regressividade extintiva*. Pulsão de morte e pulsão de vida são ambas definidas por ele em *Além do princípio de prazer*, de acordo com essa mesma lógica da tendência à extinção. Assim, é preciso conceber duas modalidades de extinção que podem se combinar e pensar o lugar da destrutividade nesse contexto negativo do ponto de vista da inscrição psíquica. A solução de André Green foi promover o lugar do negativo e do trabalho do negativo. Retomaremos isso demoradamente mais adiante.

Falta compreender o papel de cada uma dessas modalidades dentro do amálgama que denominamos vida. Se a pulsão de vida sempre tende para novos investimentos e impede a redução da pulsão de morte a zero, é esta última que permite conter a propensão da pulsão de vida a dissipar-se em algum infinito. A capacidade de criar novas inscrições e a de manter as antigas tornam-se consequências dessas tendências, e o trabalho psíquico que conduz a esses resultados de compromisso pode desequilibrar-se. Assim, a pulsão de morte pode revelar-se e deduzir-se a partir das soluções destrutivas e autodestrutivas e, mais ainda, das tendências traumáticas ao apagamento; e os efeitos da pulsão de vida deixada por sua própria conta, da clínica das idealizações e das elações místicas. O conflito se torna fenomenológico entre instabilidade e labilidade dos investimentos.

Podemos facilmente reconhecer a tendência extintiva da pulsão de morte nos movimentos de apagamento, na supressão pelo silenciar. Quanto à pulsão de vida, é antes a sua propensão a estender-se infinitamente que parece estar em correlação com a tendência ao retorno a um estado anterior. Entre o zero e o infinito.

Segundo esta lógica, qualquer expressão psíquica pertence a uma mistura ou um amálgama proveniente de um trabalho particular realizado sob a égide de um imperativo de inscrição, de realização. A terceiridade é então convocada nesse trabalho, que não é unicamente o resultado da dualidade pulsional, mas exige um procedimento e um imperativo de realizá-lo. Toda produção psíquica se efetua, portanto, por um desvio, por um tempo de trabalho de amálgama com valor de retenção, tanto da pulsão de morte como da pulsão de vida. O desvio mais fácil é



o que recorre aos traços perceptivos diferenciados em representações, em dupla inscrição.

Esta concepção do trabalho e do desvio é importante para André Green, que sempre defendeu o *desvio pelo outro*, sendo este outro muitas vezes designado muito apressadamente como objeto primário, mas também pelo *outro do objeto*, outro do desejo do objeto, este outro como terceiro excluído. Em suas elaborações, André Green articula trabalho do negativo e desvio pelo outro. Sua concepção da função materna, resultado da negatização da mãe, é o mais belo exemplo disso.

Cruzamo-nos aqui também com os aportes de outros autores, como os de Lacan, com suas declinações do Outro, os de Francis Pasche e do pára-excitação, em relação com esse outro traumático da percepção, de Jeanine Chasseguet-Smirgel, e da idealidade, de Michel Fain e Denise Braunschweig com a censura da amante, trabalho psíquico solicitado e tornado possível pela mãe que volta a ser amante, assim como os aportes de Pierre Marty em psicossomática, para quem a falta de retenção elementar tem efeitos de degradação no soma.

A destrutividade pode, então, ser pensada como atuante nesse trabalho de amálgama. No melhor dos casos, ela pode ser posta a serviço desse trabalho de inscrição, trabalho fundador dos autoerotismos e do narcisismo, da negatividade contra as tendências negativantes. Ela não aparece, então, diretamente em sua valência destrutiva, muito pelo contrário. É somente diante dos obstáculos a essa finalidade que ela se manifesta por atos de destruição, ao invés daqueles fundadores. Isso permite entender que todo ato fundador tem um valor destrutivo em relação às tendências extintivas descritas anteriormente, em relação ao zero e ao infinito. A destrutividade delimita o espaço terrestre, o da renúncia ao zero e ao infinito.

É assim que a dualidade pulsional é drenada e instalada como qualidades psíquicas por esse trabalho fundador mais elementar, fundador do psiquismo. A pulsão de morte permite que as pulsões de vida se instalem nesse incomensurável campo da representância, e as pulsões de vida permitem que esse campo infinito não se congele na repetição do mesmo e no representacional, mas se abra para o objetal (o antinarcisismo de Francis Pasche).

Essa teorização cria uma discrepância com a noção fenomenológica de pulsão de destruição e torna mais complexa a ideia de destrutividade primária como tendência elementar. Ao contrário, a destrutividade manifesta, direta ou indireta, torna-se consequência de uma disfunção no plano do trabalho psíquico elementar efetuado sobre a dualidade pulsional, implicando aquele terceiro fator, aquele imperativo de realizar o trabalho produtor de libido psíquica. A destrutividade torna-se uma consequência.



Uma constatação foi feita há muito tempo. Existe, na obra de Freud, um grau indiscutível de incômodo quanto ao uso dos dois termos de pulsão de morte e pulsão de destruição. Todas as teorias sobre a dominação apoiam-se nessa dificuldade teórica de Freud, entre um sadismo-pulsão sexual, um sadismo-promoção do narcisismo e um sadismo-domesticação da pulsão. Esse incômodo prolonga-se de forma declarada nos textos de André Green. O interesse que ele dedicou ao narcisismo o levou a relacionar as pulsões destrutivas com uma clivagem narcísica e com uma luta entre um narcisismo de vida e outro de morte. “Posicionei-me do lado das ideias de Freud sobre a pulsão de morte para propor dela uma versão um pouco diferente, isso há muito tempo” (Green, 2007, p. 13).

André Green também atribuiu grande importância à modalidade de retorno a um estado anterior, tal qual ela se deixa deduzir da compulsão à repetição e do modo como foi elaborada por Freud em 1920, no âmbito de sua nova concepção da regressão aberta para o *inorgânico*. Antes, Freud havia associado a repetição a uma regressão a um estado anterior de narcisismo primário absoluto, o do seio materno de completude narcísica, portanto, a uma realização de desejo satisfeito pelo próprio sono. Foi a consideração da compulsão ligada às vezes à repetição que o obrigou a desfazer essa concepção narcísica. Depois de ter percebido que a repetição é necessária à instauração do narcisismo – o que ele repetirá em 1920 com o jogo infantil – e reconhecido a demonologia da compulsão à repetição, Freud teve de renunciar muito rapidamente à sua concepção desse estado como suporte básico da regressão e aceitar reconhecer aí o resultado de um trabalho psíquico momentâneo, baseado numa recusa temporária, portanto reversível, sendo a do adormecimento até mesmo vital.

Foi seguindo essa linha que André Green teorizou um narcisismo de morte entre o narcisismo de vida e a compulsão à repetição. Sua reflexão sobre as pulsões de morte ou de destruição tem seu ponto de partida na clínica da repetição, noção essa que aparece nos escritos de Freud em 1914 e faz parte de seu período *narcísico*, estendendo-se depois ao período *traumático* da compulsão à repetição. Ele aborda, então, esse novo tipo de retorno a um estado anterior até o inorgânico em termos de ato aniquilador, de descarga agida, de *posição fóbica central*, portanto da fuga diante das tensões intrapsíquicas, em continuidade com a noção de narcisismo negativo de morte.

Sua abordagem encontra nesse ponto o dilema apresentado por Bion em relação à frustração, entre elaboração e evacuação. A exploração dos dois autores sobre a via da descarga os leva a privilegiar verbos ativos. As noções de recusa e de rejeição de André Green entrecruzam-se com as de ataque aos vínculos de Bion. Em ambos os casos é o questionamento da conservação que vem em primeiro



plano e que é abordado de acordo com aquela lógica de clivagem e ação de uma parte do psiquismo sobre outra. As motivações dessa rejeição da elaboração e da objetividade (a desobjetualização de André Green) são certamente inconscientes, mas são apresentadas como o resultado de uma ação ligada a um autoprejuízo inconsciente. A psique desvia presumidamente do que poderia lhe ser fasto e opta por soluções nefastas. André Green descreve então um mecanismo da compulsão com uma recusa do sujeito em relação a qualquer vínculo que não seja marcado pela negatividade e pela destrutividade. As razões desse mecanismo poderiam ser uma maquinação das identificações narcísicas alienantes, o que sustenta o modo de André Green conceber a dimensão demoníaca como apassivação que envolve um outro. Esta concepção vai ao encontro da definição que Freud propõe da pulsão de morte como retorno a um estado anterior sempre dissimulado em alguma manifestação psíquica, mas dela se diferencia pelo fato de que a negatividade é tida como ligada ao psiquismo de um outro, ao passo que Freud considera que essa negatividade é o efeito da regressividade elementar de qualquer pulsão.

Assim, a destrutividade provém principalmente, para André Green, do campo do narcisismo, de um narcisismo negativado por uma identificação defectiva, como na melancolia. A pulsão de morte está subjacente e manifesta-se indiretamente por essa destrutividade, ou então por algum conflito e combate de titãs entre narcisismos contrários, por alguma gigantomaquia como em Melanie Klein, ou ainda por inibições incoercíveis, com limitações do eu, como em Federn. Essas teorizações são diferentes dos exemplos de compulsão à repetição dados por Freud em 1920, todos atingidos por uma série de perdas que revelam uma verdadeira *compulsão à redução* (Chervet, 2011). Esta está longe de ser estranha ao último livro clínico de André Green (2010), no qual são abordados os limites e os fracassos da terapia analítica diante dessas tendências redutoras antipsíquicas.

Segundo essa lógica de Freud, a destrutividade, assim como a reação terapêutica negativa e a neurose de destino – exemplos dados em *Além do princípio de prazer* para ilustrar sua concepção da pulsão de morte – também são, portanto, formas de expressão indireta, das quais é possível deduzir a existência de uma tendência redutora e entrópica subjacente dissimulada. A atividade destrutiva agida pela compulsão à redução é, então, concebível como uma manifestação resultante de um conflito de retenção e de inscrição da vida; destruir para salvar sua pele, aniquilar a parte para salvar o todo; um autossadismo salvador que muitas vezes não consegue mais cumprir sua missão; o assassinato como precedência do suicídio.

Deste modo, uma pergunta se impõe ainda mais claramente: os termos de negatividade e destrutividade são equivalentes? E uma pergunta subsidiária: as



expressões pulsão de destruição e pulsão de morte são intercambiáveis? As considerações anteriores levam a substituir *ou* por *e*: as pulsões de destruição e as pulsões de morte (Chervet, 2012a)? Confrontam-se, portanto, duas concepções. A primeira confere um privilégio às formas que envolvem uma ação psíquica com objetivo nocivo, uma variedade de autocrueldade e de autossadismo. Essa lógica do autoataque e da dominação sobre o outro e si mesmo é geralmente uma tentativa derradeira de opor-se e de erradicar as aspirações que fogem radicalmente aos processos de trabalho psíquico. Ela pode ser encontrada em ação em grande número de sinais clínicos, principalmente naqueles que não têm valor de substituição, mas sim de atos e comportamento, como as passagens ao ato, os transtornos de caráter, as adições e todos os tipos de novas necessidades.

A outra concepção segue a via da redução, que se efetua de diversas formas e à qual convém opor uma retenção e um princípio de inscrição. Esta concepção faz do supereu uma garantia de retenção, de inscrição e de orientação objetal. A concepção anterior interroga sobre a funcionalidade mortificada do supereu, o combate de raiva tornando-se uma forma regressiva e substitutiva de supereu. A discussão recomeça e se amplia no sentido do imperativo de inscrição.

A preocupação de André Green, já destacada no início, de sustentar todas as formas do vivente não podia deixar de vir acompanhada por uma atenção muito particular a essas contradições e complexidades teóricas, ao conflito entre as concepções que situam a negatividade ou a destrutividade em primeiro plano.

A originalidade de André Green está no fato de ter dado à sua reflexão uma orientação a partir de outro ponto de vista, do próprio trabalho psíquico, devendo este sempre ser deduzido de seus efeitos. Green segue assim o método freudiano, que, para elaborar uma teoria das neuroses, faz um desvio pela doutrina do trabalho de sonho. É para o trabalho do negativo que Green vai dirigir seu interesse, para o negativo no sentido hegeliano do termo, ou seja, como condição de toda criatividade. Ele encontra, então, o Freud do inconsciente dinâmico como lugar de um trabalho regressivo (1900), depois como atração negativa (1915) e, por fim, o id como instância ocupada por tendências negativantes, pela regressividade extintiva. Foram estes diversos aspectos que Green reuniu sob a categoria genérica da negatividade e do trabalho do negativo e desenvolveu em conexão com os aportes dos autores pós-kleinianos.

Negatividade e trabalho do negativo: de Hegel a André Green

Convém, primeiramente, lembrar o papel essencial de André Green em relação ao uso dessas noções em psicanálise, mais especificamente em relação





àquela de *trabalho do negativo*. Para facilitar a compreensão desta noção, precisamos também traçar brevemente a genealogia do conceito de negatividade no pensamento humano; e, por fim, entender o duplo impacto, fecundo e nefasto, da negatividade em ação no funcionamento psíquico, do *esvanecimento negativante*, segundo a expressão de André Green, da tendência ao retorno a um estado anterior até o inorgânico, de acordo com a terminologia de Freud, dessa tendência regressiva elementar de toda pulsão a que eu denominei anteriormente *regressividade pulsional extintiva*. Concluiremos, depois, dizendo algumas palavras sobre as relações da negatividade com o imperativo de realizar um trabalho do negativo, sendo que a destrutividade se manifesta quando esse trabalho não acontece.

A referência a André Green é imediata e inevitável para qualquer análise que se interessar pela categoria do *negativo* em psicanálise, com suas declinações que são a negatividade, a negatização, a negação, o trabalho do negativo e mesmo o negativismo.

André Green é o introdutor da noção de *negativo* no *corpus* teórico da psicanálise. Fez questão de lembrar a presença dessa dimensão desde a origem da psicanálise, bem como sua consubstancialidade à definição da psicanálise, tanto do ponto de vista de seu método (suspensão de todo e qualquer discernimento) quanto de seu *corpus* teórico (papel central do recalque e da atração negativa do recalçado, do inconsciente e, por fim, do id). Para ele, a negatividade é intrínseca à psicanálise por ser uma dimensão fundamental do funcionamento psíquico implicada na dinâmica oscilatória entre progridência e regredência, entre dia e noite, entre maturidade e infantil, entre narcisismo e objetividade, entre propensão extintiva e imperativo de inscrição.

O objetivo de Green é principalmente mostrar que essa noção subsume todos os mecanismos de defesa que participam do funcionamento psíquico, que ela é o denominador comum deles, desde o recalque comum envolvido na amnésia infantil (1898-1905) até a recusa estigmatizada na clivagem do eu (1927-1938), passando pela desmentida, pela rejeição-forclusão e pela operação de negação própria do processo secundário (1925). Assim, para Green, o negativo opera em todos os registros do psiquismo, seja pela negação linguageira liberadora do recalque, seja pela negatividade conservadora do inconsciente, seja ainda pela negatização propriamente pulsional e extintiva. Por fim, o negativo pode comprometer o destino de toda a psique apresentando-se sob a forma do negativismo.

O que particulariza ainda mais o aporte de André Green é o seu reconhecimento da pregnância da dita negatividade na clínica dos estados-limites,



clínica essa que ele designa justamente por uma formulação negativa: os casos *não-neuróticos*. Ele deduz que esses quadros são o resultado de um trabalho psíquico peculiar dominado pela dita negatividade, *o trabalho do negativo*. Esta expressão, cunhada por Hegel e retomada por Lacan, torna-se o título de sua célebre obra de 1993, resultado de uma pesquisa anunciada em 1985, data de um curto artigo já com o mesmo título, mas encontra suas premissas muito antes, em 1977, no interesse que dedicou à alucinação negativa. É através desta que Green introduz na psicanálise o sentido clássico que Hegel confere ao negativo. Fazendo da alucinação negativa a matriz da estrutura enquadrante do psiquismo, Green segue os passos de Hegel, quando este situa a negatividade no cerne de sua dialética, fazendo dela a condição de toda criatividade, de todo alcance à consciência em si.

O eixo de André Green é, pois, *o trabalho do negativo*, trabalho esse que se torna necessário por uma negatividade teorizada por Freud sob outras designações a partir de 1920, embora Freud tenha reconhecido a existência dela muito antes, já em *Estudos sobre a histeria* (1895b), quando enfocava a atração negativa do núcleo patogênico traumático, a qual ele confere posteriormente ao inconsciente e depois às pulsões elas mesmas, e que constitui a base de toda a sua reflexão sobre a regressão.

A intenção de Green, porém, não é introduzir uma nova categoria ou um novo registro na metapsicologia, mesmo que o desejo de propor uma terceira tópica seja vislumbrado, mas sim entender o trabalho do negativo ligado às tendências negativas ativas em todas as instâncias psíquicas, tendências essas que ele aproxima das pulsões destrutivas de Freud, portanto, da pulsão de morte¹.

Lembremos que a noção de negatividade foi introduzida por Jacques Lacan e depois retomada por vários analistas (J. Guillaumin, P. Fédida, etc.). Lacan a buscou na filosofia, de Hegel evidentemente, mas, sobretudo, do retorno a Hegel promovido por Alexandre Koyré e Alexandre Kojève, leitores de *Fenomenologia do espírito* (1807) e *Enciclopédia das ciências filosóficas* (1817) à luz do materialismo marxista, sendo o próprio Marx herdeiro de Hegel. Lacan participa do curso sobre Hegel que Kojève ministra de 1930 a 1933, na École Pratique de Hautes Études. Jean Hyppolite dá continuidade a seguir à abordagem deles. Sua leitura do artigo de Freud sobre a negação (*Verneinung*) permanece célebre. Os filósofos e os linguistas privilegiaram logicamente a operação linguageira da

¹ “O negativo é próprio do pensamento humano e de uma relação totalmente singular com a consciência, pois considero a hipótese de que o inconsciente seja um avatar da consciência; quero dizer que é a aquisição do pensamento consciente que resulta na formação do inconsciente. O negativo é o resultado da articulação desses diversos processos” (André Green, *Le travail du négatif*, p. 29).



negação, portanto, o artigo de 1925. Cabia aos psicanalistas mostrar o interesse heurístico dessa dimensão para a compreensão do funcionamento psíquico, ou mesmo a herança indireta de Freud e da psicanálise em relação ao hegelianismo.

Os termos *negativo* e *negatividade* provêm, portanto, originariamente, de um espaço semântico e hermenêutico que não é o da psicologia e sim o do pensamento filosófico e do sistema hegeliano. Todavia, o termo *negativo* pertence inicialmente ao discurso comum e forma com o termo *positivo* um par de opostos, mas também, a partir deste par, outro par de opostos com o nada. É ainda usado para designar, em aritmética, os algarismos indexados com o sinal *menos*. É sob este aspecto de termo comum que ele aparece na escrita de Freud em formulações bem conhecidas, tais como *a neurose é o negativo da perversão*; a alucinação negativa; as qualidades negativas do sistema primário; *nem dúvida, nem negação, nem grau na certeza* (1915); a atração negativa do Ics; *a reação terapêutica negativa* (1920) etc.

Em contrapartida, esses termos seguiram um longo percurso na filosofia, desde que surgiram no sistema hegeliano na passagem do século XVIII ao século XIX, e depois no hegelianismo. Nós os encontramos na época de Hegel na escrita do grande poeta Keats:

Tive com Dilke não uma controvérsia, mas uma dissertação sobre diversos assuntos; vários elementos do meu pensamento se conectaram, e, de repente, espantei-me com a qualidade necessária à formação de um Homem de Realização, principalmente em literatura – o que Shakespeare possuía no mais alto nível: refiro-me àquela faculdade negativa, à capacidade de estar na incerteza, no mistério, na dúvida, sem se exasperar para buscar os fatos e uma razão (Keats, 1817, p. 193).

Essas considerações evocam uma das capacidades mais desenvolvidas em Freud, sobre a qual ele construiu sua *Interpretação de sonhos* (1900), sua capacidade de pôr em latência a necessidade de saber e de coerência. Ele a descreve nessa obra, citando uma carta de Friedrich von Schiller (1759-1805) datada de 1788². Freud considera essa capacidade *negativa* como o método que abre caminho para a interpretação do sonho pelo fato de que ela permite o advento de um tipo de discurso particular, a *livre associação*, acessível graças a essa operação de negação.

² Carta a C.G. Körner, em dezembro de 1788, citada por Freud in Freud S. (1900), *L'interprétation du rêve*, OCF.P, IV, p.138-139.



Respondendo a um amigo que se queixa de esterilidade criadora, Schiller escreve:

[...] a razão da tua queixa reside, ao que me parece, no constrangimento que teu entendimento impõe à tua imaginação. Preciso lançar aqui um pensamento e torná-lo sensível por uma comparação. Não parece bom e parece prejudicial à obra de criação da alma que o entendimento vigie muito severamente, poder-se-ia dizer, na soleira da porta, as ideias que afluem. Uma ideia, considerada isoladamente, pode ser muito pouco digna de consideração e muito aventureira, mas talvez adquira importância por causa daquela que lhe sucede, talvez possa fornecer, em certa ligação com outras que possam parecer igualmente insípidas, um elo muito apropriado. O entendimento não pode julgar tudo isso se não se deter demoradamente na ideia para examiná-la em relação com as outras. Numa cabeça criadora, em contrapartida, ao que me parece, o entendimento retirou a guarda das portas, as ideias acorrem em *desordem*, e é somente então que ele alcança com o olhar e percebe esse grande amontoado. Vocês, senhores críticos, seja qual for o nome que adotem, têm vergonha ou medo da loucura momentânea, passageira, encontrada em todos os verdadeiros criadores e cuja duração mais longa ou mais curta diferencia o artista pensante do sonhador. Daí suas queixas sobre a sua infecundidade, porque vocês rejeitam rápido demais e julgam com demasiado rigor (Schiller, 1788, apud Freud, 1900, p. 138).

Esta citação mostra bem a participação processual da destrutividade nas funções de censura e auto-observação, utilizada para reduzir o potencial imaginativo da *louca da casa* que é a imaginação, segundo Malebranche.

Nessa citação, a operação de negação é convidada a incidir, ao contrário, sobre uma parte do funcionamento psíquico, em particular sobre a atenção, a crítica e o discernimento, portanto, sobre as funções do processo secundário. Seu efeito é liberar uma grande produção de ideias incidentes, que Freud vai utilizar a serviço da interpretação do sonho. Essa operação de negação, na verdade, de colocação em latência, é a condição necessária ao surgimento de tais ideias:

[...] como se vê, trata-se de instaurar um estado psíquico que tem em comum com o estado que precede o adormecimento (e seguramente também com o estado hipnótico) certa analogia na divisão do núcleo psíquico (da atenção





móvel). No momento do adormecimento, as ‘representações não desejadas’ surgem pelo relaxamento de certa ação voluntária (e certamente crítica também), cujo efeito deixamos que se exerça no curso de nossa apresentação; como razão desse relaxamento, apontamos geralmente a “fadiga”; as representações não desejadas que emergem transformam-se em imagens visuais e acústicas. [...] No estado utilizado para a análise dos sonhos ou das ideias patológicas, *renuncia-se*³ intencional e voluntariamente a essa atividade, e a energia psíquica poupada (ou uma parte dela) é empregada na perseguição atenta dos pensamentos não desejados que agora emergem e conservam seu caráter de representação (eis toda a diferença em relação ao estado de adormecimento). *Das representações “não desejadas” fazem-se assim representações “desejadas”* (Freud, 1900, p. 137).

Nessa citação de Freud, encontramos os termos e noções de renúncia, relaxamento da crítica habitualmente exercida contra as ideias incidentes, pensamentos não desejados, resistência contra a emergência deles, retirada da guarda das portas do entendimento, auto-observação desprovida de crítica etc. A operação de negação intervém como condição necessária à emergência dos pensamentos incidentes, favoráveis ao método de interpretação psicanalítico, que confere aos *detalhes* do sonho uma importância tão grande quanto à *massa* do sonho; daí a intervenção de uma segunda negação relativa à elaboração secundária responsável pela aparente coerência do sonho.

Esta operação de negação aplica-se também ao adormecimento. É uma condição necessária à emergência do sistema sono-sonho. Aproximam-se, através dessas operações de negação, a produção do sonho durante a atividade noturna e a produção da palavra incidente nas sessões. Revelam-se estar a serviço de um trabalho psíquico regressivo que promove uma positividade por vir.

Essa atitude negativa favorável às diversas regressões formais da noite e da sessão lembra outra linha de pensadores da psicanálise, os pós-kleinianos britânicos. É nessa linha que reside a segunda fonte de filiação de André Green. Ele compartilha com os autores anglo-saxões um interesse pelas clínicas do negativo, pelos estados-limites e pelas psicoses.

Assim, para Bion, o acesso indispensável do paciente ao ponto O, aquele ponto de redução ao nada, ponto em que o originário pode ser encontrado e reativado como potencial porvir, só é possível se a negatividade for conduzida

³ O grifo é do autor.



pelo processo de pensamento do analista, por uma contratransferência de negatividade. Lembremo-nos da famosa expressão de Bion, na conclusão de seu artigo de 1970 intitulado *Prelúdio à realização ou substituto da realização*⁴, pela qual ele designa a atitude do analista dentro da situação analítica:

[...] o que deve ser buscado é uma atividade que seja a um só tempo a restauração de Deus (a Mãe) e a evolução de Deus (o informe, o infinito, o inefável, o não-existente), que pode ser encontrada somente num estado em que não existam nenhuma lembrança, nenhum desejo, nenhuma compreensão (Bion, 1970, p. 214).

A mesma abordagem negativa está presente nos aportes de Winnicott. As definições do espaço e do objeto transicionais embasam a dupla valência deles, positiva e negativa; assim como a sua identidade de eu – não-eu, o fato de que o juízo de pertencimento não tenha de ser emitido, o seu valor de mãe – não-mãe etc.

O negativo é, pois, uma dimensão própria da psique, portanto, da psicanálise, já presente, por definição, na obra de Freud, e atravessa a obra de seus sucessores. O trabalho do negativo pode ser pensado segundo as lógicas da destrutividade, mas de uma destrutividade reversível, funcional, na verdade, uma colocação em latência. Esta tem para a psique um valor de destruição, certamente temporária, mas destruição mesmo assim; daí a produção de culpa inconsciente inerente ao funcionamento psíquico mais comum. O trabalho do negativo se vê induzido pela qualidade mais elementar de toda pulsão, sua regressividade extintiva, à qual ele se opõe e que ele realiza subjetivamente, sem realizá-la efetivamente.

Esse trabalho do negativo engloba todos os meios de que a psique dispõe para opor-se à propensão da pulsão a extinguir-se. Assim, *a negatividade psíquica é o negativo da negatificação pulsional*, e o trabalho do negativo, um compromisso entre essa negatificação e as exigências de inscrição psíquica.

Uma questão se impõe ao longo dessas observações, ligada a algo que espanta em relação ao retorno a Hegel: por que esse retorno do negativo em psicanálise introduzido por Lacan, via Hegel, e seu destaque por A. Green? A psicanálise dá sua resposta sem surpresa: porque essa dimensão foi reprimida pelos psicanalistas pós-freudianos, pelo positivismo da psicologia do eu, prolongamento do positivismo do final do século XIX (Auguste Comte), mas também pela positividade dos substitutos psíquicos, das formações do Ics. Este

⁴ W. Bion (1970), *L'attention et l'interprétation*. Paris : Payot, 1974.



último aspecto foi muito visível na França, onde a psicanálise foi introduzida primeiramente pelos meios artísticos e filosóficos e, depois, médicos.

O retorno pela negatividade de Hegel é, pois, ele mesmo um substituto que revela e dissimula ainda a negatividade própria da psique, presente desde o início na obra de Freud.

Sem entrar nos detalhes de um pensamento considerado pelos próprios filósofos como um dos mais complexos já produzidos, precisamos nos deter alguns instantes no sistema hegeliano, a fim de entender de que modo ele pode servir de substituto e de veículo, de retorno sintomático da negatividade própria da psique e elaborado em várias etapas pelo pensamento freudiano.

Devemos antes ressaltar que cada um dos atores desse retorno utilizou a noção de negativo e de negatividade de acordo com uma definição que lhe é própria, dentro de conceituações pessoais que estão relacionadas em maior ou menor medida com o sistema de Hegel e entre elas mesmas. Um único exemplo: Kojève situou na base de tudo o *desejo* e o relacionou diretamente à vida, à organicidade e à animalidade, quando Hegel havia postulado a *ideia* como *abstrato* primeiro sem consciência. Em contrapartida, Lacan, referindo-se a Kojève, situa na base de tudo a linguagem, portanto, o significante, antes do desejo, aproximando-se mais então da *ideia* de Hegel e afastando-se da dualidade pulsional orgânica de Freud. Seguindo Kojève, Lacan vai explorar a ideia de que a nomeação tem valor de negação da coisa nomeada, de que ela é um *assassinato da coisa*; é isso que a psicanálise poderá completar, concebendo outro negativo, inerente à operação de dessexualização própria da nomeação, e o assassinato incide então sobre a *coisa* sexual.

Todos esses autores, no entanto, compartilham um aspecto da negatividade presente em Hegel, o fato de que ela seja necessária e favorável ao devir, à criação, ao advir da consciência, ao fato de transformar um futuro potencial em presente efetivo.

Para Hegel (1812-1816), a negação está implicada num momento preciso que ele denominou *momento dialético*, necessário à mutação da *ideia abstrata* primeira sem consciência em realização cultural especulativa que dá acesso à *consciência em si*. O momento dialético realiza-se entre dois opostos e completa-se através dessa criatividade especulativa. Para Hegel, ela cria ao mesmo tempo a consciência em si e a realidade por ser a realidade, o próprio movimento da realidade. Sua dialética é o movimento real que governa as coisas do mundo, é o próprio desenvolvimento da realidade, da coisa em si. Assim, sua *negatividade negadora* é a condição do advir da consciência, da criatividade e da própria realidade.





Hegel é o promotor da fenomenologia, a ciência da experiência da consciência, sendo esta concebida por ele como o cumprimento de uma evolução progressiva em direção à ciência. Já assinalamos que, no fim do século XVIII, ele introduz uma verdadeira ruptura em relação às metafísicas anteriores maniqueístas, para as quais a negatividade era um elemento a rejeitar, a eliminar. Sua negatividade consiste em *poder negar todo dado e a si mesmo como dado, e transcender toda condição*. Essa negação de aparência cética é, na verdade, a condição do advir da consciência em si e da realidade. Seu fim é positivo e especulativo. Da *ideia abstrata* sem consciência, alcança-se, graças a ela, a consciência dessa *ideia* por sua realização especulativa e eficiente em um produto cultural.

Hegel inclui a negatividade na categoria do universal e a situa num sistema que tem por finalidade a consciência, aquela do saber, mas, sobretudo, a consciência em si, que, para ele, é a verdade. Encontramos essa inspiração em Lacan, quando este afirma que o que falta ao saber é a verdade.

Hegel nos propõe uma teoria processual do conhecimento. Seu sistema filosófico de todos os saberes parte de um *abstrato* sem consciência para chegar a um *especulativo* que tem consciência em si. Entre os dois, desenrola-se um longo trajeto, um tempo dito dialético, ele mesmo composto por três tempos, dos quais dois são negações. Esse processo em três tempos é, então, composto por cinco etapas, cinco *momentos*⁵.

No primeiro momento, o dado, o abstrato, a *ideia*, exterioriza-se na natureza. Este momento, assim como a *ideia*, não tem consciência.

Os momentos 2, 3 e 4 constituem juntos o momento *dialético* e incluem dois atos de negação⁶. Trata-se de *dissolver* o que é *dado* e *finito*. Em primeiro lugar, uma primeira negação, uma oposição externa que vem da natureza; realiza-se assim uma unidade dos opostos, *ideia* e natureza, unidade que é exteriorizada; produz-se depois uma divisão interna dessa unidade por uma segunda negação que passa a ser uma negação da primeira negação. Convém destacar aqui um

⁵ A obra de Hegel é totalmente coerente com sua conceituação dessa processualidade em três (cinco) momentos. Ela é composta por três partes:

- as ciências da lógica: trata-se das ciências da *ideia abstrata*;
- as ciências da natureza: trata-se das ciências da *ideia exteriorizada*, transposta para o outro;
- as ciências da mente: que são as ciências da realização, as da *ideia* num redirecionamento para si, a da consciência em si.

Fenomenologia do espírito (1807) segue esta lógica em três momentos do ponto de vista da consciência. Em seguida, em *Enciclopédia das ciências filosóficas* (1817), Hegel substitui a consciência, enquanto caso particular, pela *ideia*, a realização da *ideia* tendo valor de consciência em si.

⁶ Para designar a operação de negação, Hegel emprega o termo *Aufheben*, que designa o momento de alienação e de conservação da coisa suprimida. A alienação está vinculada à primeira negação, a conservação da coisa suprimida, à negação da negação.





aspecto: para Hegel, o movimento de negatificação é imanente ao próprio finito, daí uma tendência espontânea, própria de todo saber, a desfazer-se para ascender, por transcendência, ao status de verdade.

Então, pode advir o momento 5, o momento especulativo, de produção, de criatividade, de realização da *ideia* primeira, abstrata, sem consciência, em formas culturais diversas e hierarquizadas pertencentes à consciência. Esta hierarquização se estabelece entre a arte, a religião e a filosofia, a ciência em si.

Em suma, a negação incide sobre o saber adquirido, finito, dado; ela o *fluidifica* e permite que a *ideia* abstrata, virtual, se realize na criação de um novo saber. A inclusão do movimento do próprio pensamento, seu desvio por um outro e pela negação proveniente desse outro, desvio alienante, permite sublimar a simples consciência de saber em consciência em si, em *saber* absoluto. Esta aquisição da consciência em si tem valor de liberdade. Ela é a realização completa, o objetivo final, o acesso à verdade⁷.

O sistema hegeliano, com seus três momentos principais, constitui facilmente uma analogia com a processualidade do *après-coup* descoberta pela psicanálise, com seu primeiro tempo sem consciência, seu segundo tempo de perlaboração silenciosa, culminando num terceiro, a produção de um produto psíquico mais ou menos completo. É nesse sentido que Freud pode ser considerado um herdeiro de Hegel e que a parte de verdade psíquica do sistema hegeliano está nessa processualidade em três tempos do *après-coup*.

Por outro lado, Freud se distingue radicalmente de Hegel no que diz respeito às premissas e à realização completa desse processo dialético. Existe ainda outra distinção entre as duas processualidades propostas: a ausência, em Hegel, de um elemento inconsciente regressivo, ativo e coercivo, com valência traumática, que deve ser previamente tratado para possibilitar o acesso à consciência. Diferentemente do *après-coup*, sua dialética não tem função psíquica propriamente dita, ela se insere, pela negação, no processo secundário que visa o saber.

Para Freud, o ponto de partida é dual, inclui as moções pulsionais em sua própria dualidade pulsional, mas também um princípio oposto, de retenção e inscrição, que, da melhor maneira, é representado pela linguagem. É esse princípio, melhor dizendo, esse imperativo de inscrição que é designado pelo *ideal* de Hegel ou pelo significante de Lacan. Mas nessas últimas processualidades do conhecimento, a ação desorganizadora da tendência pulsional extintiva está totalmente ausente. O sistema de Hegel apresenta-se *a priori* dessexualizado.

⁷ Para Hegel, saber e objeto são diferentes e articulados pela certeza da consciência; em contrapartida, essa diferença se desfaz quando do acesso à verdade, que é o movimento próprio do objeto e que se traduz em consciência em si.



Para Hegel e para Freud, a consciência não é um dado primeiro, ela é o resultado e a conclusão de um longo processo marcado por várias etapas que constituem sua historicidade. E eles compartilham a teleologia de uma consciência a adquirir. Mas a psicanálise permanece aristotélica e kantiana, mantendo uma distância entre a realidade em si, incognoscível para sempre, o enunciado que dá conta dela e o processo psíquico inconsciente do pensamento que conduz ao devir consciente da enunciação possível. As últimas palavras escritas de Hegel esclarecem sua própria teleologia, muito diferente daquela de Freud: *tornar o mundo externo, por toda parte, conforme ao conceito da liberdade uma vez reconhecida, eis a tarefa dos novos tempos*. O idealismo de Hegel marca a distância em relação ao de Freud, que está voltado para uma integração da vida pulsional que abre o sujeito para momentos de objetividade.

Este esquema comparativo nos permite prosseguir nossa abordagem do negativo em psicanálise retomando as situações concretas a partir das quais podemos deduzir sua presença, o que nos revelará novamente, mas por outra via, o duplo sentido desse vocábulo: negatividade da inibição quanto à meta favorável à elaboração, negatividade por aniquilamento e negatificação. Esses dois significados radicalmente opostos cruzam-se com o duplo sentido da destrutividade na obra de Freud e Green; destrutividade favorável ao funcionamento psíquico, como o *assassinato fundador*, destrutividade como solução defensiva e protetora, destrutividade a serviço do negativismo e que o expressa.

Percebemos que esses termos abarcam um conjunto tão amplo de situações que seu uso pode facilmente gerar confusão porque podem reduzir as diferenças ou expressar o manifesto sem prejuízo de seu valor, o que seria um objetivo contrário àquilo que esperamos da metapsicologia. Assim, por exemplo, convém negativar o dia, isto é, a objetividade, para ter acesso à noite, ou seja, ao sistema narcísico sono-sonho; mas também é preciso negativar a noite, isto é, a atração das reivindicações próprias do Ics e adiar sua inclusão no alucinatório para ter acesso ao dia. A negatividade é, portanto, dupla. Ela incide sobre a colocação em latência, portanto, sobre os pensamentos diurnos secundários mais efetivos, mas também, no outro polo, sobre a moção pulsional inconsciente, à qual é preciso opor uma retenção. Uma teoria do negativo exige especificar em cada ocorrência sobre qual material psíquico incide o ato de negação, senão há o risco de uma simplificação, ou mesmo de um contrassenso. Assim é quanto à questão do assassinato edípico e da *destruição* do complexo de Édipo.

De um ponto de vista concreto, no âmbito de uma teoria psicanalítica do negativo, cada produto psíquico, e especialmente cada sintoma, pode ser interpretado pelo vértice de uma dupla negatividade atuante no trabalho de



dissimulação, a dos pensamentos postos em latência e aquela dos desejos inconscientes recalçados ou não. A produção tanto do sonho quanto da livre associação requer essa dupla negação que está na origem do produto manifesto. Sua interpretação requer também uma dupla negação, a negação contratransferencial própria da atenção igualmente suspensa e aquela que consiste em desfazer a dupla negação que está na origem do produto psíquico. A dupla negatividade não cessa, pois, de duplicar-se.

Esse trabalho do negativo, reconhecido pelo trabalho de sonho e pelo trabalho de incidência, permite entender que a operação de negação que o define não procede do apagamento, nem do desaparecimento ou da eliminação, tampouco da destruição na acepção própria do termo, mas pode ser concebida pelo ângulo de uma mutação, de uma mudança de status, de sistema, de qualidade de investimento, todas essas transformações ligadas a uma inexistência potencial em eco com a destrutividade.

Esse trabalho de negação permite que se realizem as *atividades psíquicas regressivas da passividade*, cujo protótipo é o sonho. Em sessão, assistimos a uma divisão distributiva entre os dois protagonistas, com uma delegação ao analista ou conforme alguma transferência lateral, daquilo que é negado pelo paciente, ou por efeito da regra fundamental, ou pelas distorções do seu próprio funcionamento psíquico. Pode-se mesmo dizer que a negatividade induzida e exigida, prescrita pela regra, permite abordar e transformar a negatividade implicada nas formações e distorções da psicopatologia. Assinalamos anteriormente a realização de desejo inerente à produção de uma formação do inconsciente, qualquer que seja. Freud levou muitos anos para perceber que essa realização de desejo *tenta* efetuar-se, mas permanece incerta. Em 1925, em *Inibições, sintomas e ansiedade*, ele retoma o seu estudo dos sintomas neuróticos de 1901⁸ e insiste na negatividade que preside a produção de tais sintomas, encoberta e dissimulada pela elaboração substitutiva positiva que leva a um conteúdo manifesto. Por esta razão, todo sintoma se define por uma dupla face, uma dupla valência negativa e positiva, sendo a primeira sempre mascarada pela segunda. Assim, mesmo conteúdos com aparência negativa, presentes no resultado manifesto de um sonho, como fracassos, faltas, desaparecimentos e apagamentos, devem ser interpretados de acordo com a lógica da realização alucinatória de desejo. Todavia, em certas ocorrências, esses materiais do negativo não são a efetivação de um trabalho psíquico concluído, mas a expressão do fracasso desse trabalho. Toda a clínica do negativo se revela então, desde os quadros em que

⁸ Freud, S. (1901). Psychopathologie de la vie quotidienne, *OCF.P*, V, Paris ; PUF. 2012.



dominam a inibição e a imobilização, no modelo da melancolia e da alienação do eu pela sombra do objeto, até os quadros de deterioração e degradação progressiva das psicoses deficitárias esquizofrênicas, passando pelo fetichismo e pelas psicoses delirantes em que se torna perceptível a tentativa de mascarar, pela construção de uma nova formação e de uma nova realidade, alguma falha inscrita no cerne dos processos psíquicos. Todos esses quadros apresentam modalidades de trabalho psíquico reduzido ao primeiro tempo. O trabalho realizado não dá acesso à produção de substitutos conservadores. Seu principal objetivo é limitar o efeito desorganizador das tendências negativantes. São estritamente essas modalidades não neuróticas que a expressão trabalho do negativo designa.

Este, na verdade, diz respeito à instalação do princípio de prazer. Ele se opõe às tendências pulsionais extintivas e permite que o psiquismo não seja submetido à compulsão à repetição dessas aspirações negativantes traumáticas. Participa, assim, do objetivo de todo trabalho psíquico, o da instauração de uma psique que tem por finalidade a instalação de uma objetividade – o homem de realização de Schiller e de Bion – por tornar consciente tudo o que se opõe a ela. Na verdade, essa objetividade de desejo só se realiza se integrar a aptidão de negatar-se, de oscilar com outras atividades psíquicas, regressivas, de levar em conta essas tendências negativantes. O trabalho do negativo é um compromisso, como já assinalamos, entre as tendências pulsionais negativantes e aquilo que a elas se opõe, um imperativo de inscrever no psiquismo as moções pulsionais por diversas modalidades. Essa complexidade está sob a égide da instância do supereu. Essa função processual regressiva e de realização justifica a prescrição inaugural da regra fundamental técnica. Esta acaba sendo uma negação dissimulada por exigência de positividade, com o objetivo de se opor às aspirações redutoras e destrutivas. O paradoxo da regra fundamental se deve ao fato de que ela prescreve uma positividade a fim de revelar uma negatização potencial e favorecer a instauração do trabalho do negativo. Deste ponto de vista, o supereu negativa as tendências negativantes destrutivas.

O trabalho do negativo pertence, portanto, a um conjunto complexo que pode ser qualificado como *trabalho de desejo*, visando à criação de um desejo objetual e utilizando, para realizar-se, operações com valor de *destruição*. Encontram-se articulados nele o *trabalho do negativo*, o *trabalho de sonho* e o *trabalho de luto*. Todas essas etapas integram modalidades de negatividade, tempos de regressão que levam em conta as aspirações negativantes, e operações transformadoras e mutatórias. Quando elas esbarram em obstáculos, a destrutividade que deveria ter sido utilizada para realizá-las aparece sob a forma de destruição manifesta. É essa consideração do potencial destrutivo por um tempo





de negatividade que fornece a melhor oposição às tendências negativantes, enquanto a destruição agida é um dos recursos possíveis em caso de entrave dessa oposição.

Outra modalidade de oposição e promoção da vida é a negação linguageira intelectual. O processo secundário é então convocado lá onde o trabalho do negativo é falho. Essa negação linguageira vem substituir uma regressão formal em dificuldade. A negação linguageira é, pois, uma forma peculiar de destruição da vida psíquica, a recusa de algumas de suas qualidades.

O fato de conceber que Eros e a pulsão de morte são ambos dominados pela regressividade extintiva, por um retorno a um estado anterior até alcançar o inorgânico, põe a tendência negativante no cerne de toda pulsão e não mais somente como consequência de um conflito entre a pulsão e o resto do psiquismo. O traumático é, então, inerente à própria essência da pulsão, de toda pulsão, seja ela de vida ou de morte. Freud emprega o adjetivo *negativo* para designar essas tendências redutoras. Em contraponto, uma noção vai encontrar um novo impulso, a de *assassinato* (Chervet, 2012b). Este designa um ato psíquico, uma operação *destrutiva* envolvida em todo trabalho psíquico. O ato de negação expressa, portanto, esse ato de assassinato e assume o duplo sentido do assassinato em psicanálise: o aniquilador e o fundador (Chervet, 2013).

Assim, a negação se opõe justamente à pulsão, à pressão pulsional, promovendo a sua dessexualização, bem como à tendência negativante extintiva, sustentando uma retenção, mas também pode tornar-se negativismo, opondo-se ao trabalho do negativo; ela participa, então, da destrutividade, que é outro modo ainda de tentar interrompê-la; destruir para sobreviver. *A destrutividade se manifesta clinicamente quando a operação de assassinato da regressividade pulsional extintiva falha em ser fundadora.*

Este duplo sentido da negação é encontrado em Freud no fim de sua obra, quando ele afirma, em 1938, que a recusa é também um mecanismo indispensável, necessário e favorável à vida psíquica, desde que seja temporária e reversível. Ele nos convida assim a distinguir quadros clínicos, provenientes de uma recusa articulada a uma colocação em latência e a um trabalho do negativo, de outros quadros dominados por uma recusa sem latência nem trabalho do negativo.

André Green gostava de lembrar que Freud afirmara, em 1938, que o sonho é uma psicose. A negatividade, então, é posta no centro de todo funcionamento psíquico, e a destrutividade encontra-se na extremidade. Convém, assim, bem diferenciar essa psicose normal baseada numa recusa reversível de uma psicose diurna estabelecida com base numa recusa crônica.

Nossa reflexão nos leva a conceber duas negatividades, uma *negatividade*



Bernard Chervet

fecunda, implicando uma *destrutividade fundadora*, que se realiza a partir de uma colocação em latência e permite um trabalho psíquico regressivo, e uma *negatividade destrutiva*, desorganizadora, dominada por uma negatificação sem trabalho do negativo possível. André Green talvez tivesse falado de negatividade de vida e negatividade de morte.

A dualidade freudiana reatualiza-se, portanto, novamente, em relação ao negativo. Sabemos que ela só pode se resolver por um trabalho do pensamento, sempre infinito, por um discurso vivo, ou seja, oscilatório e sensível. □

Abstract

Instinct duality, negative work, and destructiveness. Premises for a reflection upon the founding murder

The author proposes a reflection on destructiveness in regard to instinct duality and the imperative of inscription, under the protection of which psyche performs its many working modalities at day as well as night time. Such reflections are supported in the contributions by André Green, specially on the work of the negative, compared to Freud's proposals that place a negativeness at the core of instinct, due to the tendency to go back to a previous state until reaching the inorganic, pertinent to every instinct. Destructiveness manifests itself each time the work of psyche meets hindrances. One may deduct that the specific operation of any psyche work is an operation of murdering, foundational, in the best situations, of psychic life and culture, but that may also contribute for every gloomy and mortiferous destination that constitute psychopathology.

Keywords: instinct duality, death instinct, Eros, destructiveness, imperative of inscription, extinctive regressiveness, superego, murder, *après-coup*, work of the negative.

Resumen

Dualidad pulsional, trabajo de lo negativo y destructividad. Premisas para una reflexión sobre el asesinato fundador

El autor propone una reflexión sobre la destructividad en relación a la dualidad pulsional y al imperativo de inscripción, bajo cuya tutela la psiquis realiza sus distintas modalidades de trabajo tanto diurno como nocturno. Esta reflexión se



apoya en los aportes de André Green, principalmente en el trabajo de lo negativo, confrontados a las proposiciones de Freud que sitúan una negatividad en el cerne de la pulsionalidad, por la tendencia al retorno a un estado anterior hasta alcanzar a lo inorgánico que es lo propio de toda pulsión. La destructividad se manifiesta cada vez que el trabajo psíquico encuentra dificultad para su realización. Se puede deducir que la operación específica de cualquier trabajo psíquico es una operación de asesinato, fundadora, en el mejor de los casos, de la vida psíquica y de la cultura, pero que puede también contribuir con todos los destinos funestos y mortíferos constitutivos de la psicopatología.

Palabras llave: dualidad pulsional, pulsión de muerte, Eros; destructividad, imperativo de inscripción, regresividad extintiva, superyó, asesinato, après-coup, trabajo de lo negativo.

Referências

- Bichat, X. (1800). *Recherches physiologistes sur la vie et la mort*. Paris : Gauthier-Villars, 1955.
- Bion, W. (1970). *L'attention et l'interprétation*. Paris : Payot, 1974.
- Chervet, B. (2008). L'après-coup: la trace manquante et ses mises en abyme. In *Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris*, 90.
- _____. (2009). L'après coup: la tentative d'inscrire ce qui tend à disparaître. *Revue Française de Psychanalyse*, 73(5) : 1361-1441.
- _____. (2011). Compulsion, répétition et réduction. In *La compulsion de répétition, Monographies et débats de psychanalyse*. Paris : PUF, pp. 7-36.
- _____. (2012a). Pulsions de destruction ou de mort? Pulsion de destruction et pulsion de mort. *Revue Belge de Psychanalyse*, 60.
- _____. (2012b). L'énigme d'un meurtre et de ses destins. In *Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris*, 103.
- _____. (2013). La résolution du complexe d'Œdipe et l'accès aux intimités, conflits et clivages intra-surmoïques. *Revue Française de Psychanalyse*, 76(5):1633-1639.
- Freud, S. (1895a). *Esquisse pour une psychologie scientifique, La naissance de la psychanalyse, lettres à W. Fliess, notes et plans 1887-1902*. Paris : PUF, 1956.
- _____. (1893-1895b). Études sur l'hystérie et textes annexes. In *Oeuvres complètes: psychanalyse*, (Vol. 2, pp. 9-332). Paris : PUF.
- _____. (1900). L'interprétation du revê. In *Oeuvres complètes de Freud*, 4, Paris : PUF.
- _____. (1914). Pour introduire le narcissisme. La vie sexuelle. In *Oeuvres complètes: psychanalyse*, 12. Paris : PUF, 2005.
- _____. (1915). Pulsion et destin des pulsions. In *Oeuvres complètes: psychanalyse*, 13. Paris : PUF, 1988.
- _____. (1920). Au-delà du principe de plaisir . In *Oeuvres complètes: psychanalyse*, 15. Paris : PUF, 1996.
- _____. (1924). La disparition du complexe d'Œdipe. In *Oeuvres complètes: psychanalyse*, 17. Paris : PUF, 1992.



Bernard Chervet

- _____. (1926 [1925]). Inhibition, symptôme et angoisse. In *Oeuvres complètes: psychanalyse*, 17. Paris : PUF, 1992.
- _____. (1940 [1938]). Abrégé de psychanalyse. IN *Oeuvres complètes: psychanalyse*, (Vol. 20). Paris : PUF, 2010.
- Green, A. (1977). L'hallucination négative. In *Evolution Psychiatrique*, 42(3).
- _____. (1985). Le travail du négatif. In *Revue française de psychanalyse*, 50(1).
- _____. (1993). *Le travail du négatif*. Paris : De Minuit.
- _____. (2007). *Pourquoi les pulsions de destruction ou de mort?* Paris : Panama, « Cyclo ».
- _____. (2010). *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*. Paris : Odile Jacob, 288 p.
- Hegel, G. W. F. (1807) *La phénoménologie de l'esprit*, Vrin, 2006
- _____. (1812-1816). *La Science de la logique*. In *Encyclopédie des sciences philosophiques*, t.1, Paris : Vrin, 1970.
- _____. (1817). *Encyclopédie des sciences philosophiques*. Paris : Vrin, 1970 .
- Keats, J. (1817). Lettre à George et Thomas Keats. In *The letters of John Keats*. Cambridge, MA : Harvard University, p. 193.
- Lacan, J. (1966). *Ecrits*. Paris : Du Seuil, 912 p.
- Pasche, F. (1991). Les fantasmes de l'Instinct. *Revue française de psychanalyse*, 55(5) : 1069-1078.

Recebido em 15/04/2013

Aceito em 29/04/2013

Tradução de **Vanise Dresch**

Revisão técnica de **Tula Bisol Brum e Luciane Falcão**

Bernard Chervet

16 Rue Jacques Callot

75006 Paris – França

e-mail: bernard@chervet.fr

© Bernard Chervet

Versão em português Revista de Psicanálise – SPPA